A cultura de culpabilização da vítima no crime de estupro – “As Medusas Contemporâneas”

The culture of blame the victim in the crime of rape
– “*The Contemporary Jellyfish*”

FABRICIO DE ALMEIDA

Universidade Nove de Julho

ROBERTA FIDALGO

Faculdade Direito da Universidade de Lisboa

RESUMO As mulheres, vitimadas dos crimes de estupro possuem a tendência de serem culpabilizadas por parte da sociedade devido ao seu comportamento, pois suas palavras passam por um juízo de valoração nesses crimes e acabam, muitas vezes, sendo questionadas pelos operadores do Direito. Os números de vítimas mulheres nos crimes de estupro são enormes segundo os dados da Organização das Nações Unidas, constatando-se uma preocupação mundial. O estupro não faz especificação da vítima e nem do agressor, e poderá esse, ser qualquer indivíduo, sem que tenha importância a idade, a raça, o nível cultural, a classe social, dentre outros. Dessa forma, o presente estudo apresenta as formas de depreciação das mulheres na forma mais lendária conhecida como o estupro da sacerdotisa de Atena, chamada Medusa, e tem como objetivo identificar os principais pontos controversos da cultura de culpabilização das mulheres, vítimas de estupro. Conclui-se que, no que tange aos crimes de estupro, existe um julgamento da sociedade, operadores do direito e as partes envolvidas, na contestação da palavra da vítima, no julgamento de comportamentos com previsão fora do espectro jurídico. A analogia da história da Medusa ao crime revela que há mais a ser desvendado sobre seu mito. Alguns pontos não tão populares, mas que a transformam em uma das mulheres mais fortes da Mitologia Grega. Pontos que fazem relação com muito do que ainda é ser mulher, mesmo na contemporaneidade. O conto parece muito familiar: uma jovem é obrigada a fazer algo que não quer. Uma autoridade descobre. A vítima é punida, enquanto o agressor sai ileso, sem consequências. Esses fatos não podem se relacionar, sendo que o comportamento da vítima precisa ter verificação dentro do contexto criminal. Além do mais, há uma falta de amparo da sociedade, não dando o devido apoio às vítimas do crime de estupro, o que incentiva, diversas vezes, a não realizar a “denúncia” do fato para as autoridades competentes. Por fim, não é possível que haja ainda, a aceitação de uma sociedade contemporânea, na qual as mulheres sejam visualizadas de maneira tão misógina e discriminatória. Ademais, ao usar a Mitologia Grega até hoje em tantos momentos do nosso dia a dia, só faz sentido se for para visualizar Medusa cada vez mais pelo que ela

realmente é: um símbolo da força feminina, mas que foi duplamente vitimizada. Primeiro em razão de seu estupro e segundo pela maldição a qual foi condenada por ser entendida como a culpada pelo ato.

PALAVRAS-CHAVE: CULPABILIZAÇÃO; ESTUPRO; PALAVRA DA VÍTIMA; MITOLOGIA GREGA; MEDUSA.

ABSTRACT Women victims of rape crimes tend to be blamed on the part of society due to their behavior, as their words go through a judgment of valuation in these crimes and often end up being questioned by law practitioners. The numbers of women victims of rape crimes are enormous, according to data from the United Nations, confirming a worldwide concern. Rape does not specify the victim or the aggressor, and this can be any individual, regardless of age, race, cultural level, social class, among others. Thus, this study presents the forms of belittling women in the most legendary form known as the rape of the priestess of Athena, called Medusa, and aims to identify the main controversial points in the culture of blaming women, victims of rape. It is concluded that, with regard to rape crimes, there is a judgment of society, legal practitioners and the parties involved, in contesting the victim's word, in the judgment of behavior with provision outside the legal spectrum. The analogy of Medusa's story to crime reveals that there is more to be unraveled about her myth. Some not so popular points, but that make her one of the strongest women in Greek Mythology. Points that relate to much of what it is to be a woman, even in the present. The tale sounds very familiar: a young girl is forced to do something she doesn't want to. An authority finds out. The victim is punished, while the aggressor is unharmed, without consequences. These facts cannot be related, and the victim's behavior needs to be verified within the criminal context. Furthermore, there is a lack of support from society, not giving due support to victims of the crime of rape, which encourages, on several occasions, not to "report" the fact to the competent authorities. Finally, it is not possible that there is still acceptance of a contemporary society, in which women are seen in such a misogynistic and discriminatory way. Furthermore, when using Greek Mythology until today in so many moments of our daily lives, it only makes sense if it is to visualize Medusa more and more for what she really is: a symbol of female strength, but that was doubly victimized. First because of her rape and second because of the curse which she was condemned for being understood to be guilty of the act.

KEYWORDS: BLAMING; RAPE; WORD FROM THE VICTIM; GREEK MYTHOLOGY; JELLYFISH.

INTRODUÇÃO

A expressão “culpabilização”, vem de culpabilidade, o que no Direito Penal possui emprego como juízo de censurabilidade e reprovação a alguém que praticou ilícito penal.

A culpabilidade é a condição em que uma pessoa está diante do que é certo e do que é errado, decidindo-se por um ou por outro. Em pequenos termos, é a possibilidade de decidir-se livremente por um dos dois caminhos: o bem ou o mal.

O principal detalhe da culpabilidade é a possibilidade de pensar como uma pessoa normal. A capacidade de escolha não é o fim de um ato ou o motivo de um fato, mas sim a parte externa do que motivou o ato, das análises e dos cálculos feitos por uma pessoa quando está diante de um problema.

A culpabilidade é o elemento que se encontra dentro do fato típico, jamais podendo ser desvinculado do conceito de crime.

Nesse contexto, a expressão no presente artigo tem mais a ver com o social, sendo que a terminologia em seu sentido literalista tem em seu significado a atribuição de culpa a alguém; ato de inculpar. Assim, a culpabilização das mulheres vitimadas dos crimes de estupro possui estreita ligação com o julgamento delas.

Entretanto, mesmo nessas alterações relacionadas aos direitos das mulheres, ainda é presenciado um alto número de crimes que são cometidos contra elas, até mesmo os crimes de estupro que, pelo bem jurídico tutelado, impressiona a todos.

Apesar da reforma do Código Penal no que se refere aos crimes sexuais (hoje crimes contra a dignidade sexual), especificadamente ao crime de estupro, ter como vítima qualquer pessoa, é sabido que o maior índice é de vítimas mulheres e os homens seus agressores.

As mulheres, vitimadas dos crimes de estupro possuem a tendência de serem culpabilizadas por parte da sociedade devido ao seu comportamento, pois, os valores das suas palavras nesses crimes acabam sendo colocados na balança em detrimento disso. Os números de vítimas são grandes. O estupro não faz especificação da vítima e nem do agressor, podendo ser qualquer indivíduo, sem que tenha importância a idade, a raça, o nível cultural, a classe social, dentre outros.

Nesse diapasão, considerando a importância demonstrada na cultura de culpabilização da mulher vítima dos crimes de estupro na sociedade contemporânea, o presente estudo apresenta as formas de depreciação às mulheres na forma mais lendária conhecida: o estupro da sacerdotisa de Atena, chamada Medusa. A relação existente entre ofensor e sua vítima, abordando a vitimologia, como ramo da criminologia para fins de entendimento do cerne principal da pesquisa, adentra no histórico da vítima e suas classificações ante as mulheres vítimas dos crimes de estupro, as quais tendem a ser culpabilizadas por parte da sociedade pelo seu comportamento, notando-se que a sua palavra é posta em xeque.

Sabe-se que esse crime é cometido na clandestinidade, ou seja, às ocultas, onde não há testemunhas, e, em quase todos eles, não se encontra a materialidade do delito e nem os seus vestígios. Observa-se que no momento da condenação do acusado, quando não há outros elementos como prova, a única a ser utilizada é a palavra da vítima contra a palavra do suposto agressor. E essa palavra é posta à prova. Há um juízo de valoração da palavra da vítima que passa pelo crivo da cultura patriarcal.

Dessa forma, eis que o presente artigo tem como objetivo identificar os principais pontos controversos da cultura de culpabilização das mulheres vítimas de estupro. Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, em que foi buscado investigar o maior número de conhecimento técnico à disposição nessa área e em posicionamento sobre o tema. A pesquisa bibliográfica consiste no exame da bibliografia, para o levantamento e análise do que já foi produzido sobre o assunto que foi assumido como tema de pesquisa científica.

DESENVOLVIMENTO

Medusa – A sacerdotisa de Atena

Antes de se transformar em monstro, Medusa vivia com suas irmãs no templo de Atena, deusa da guerra e da sabedoria. Segundo o poeta grego Hesíodo, que escreveu entre 750 e 650 a.C., ela era uma linda mulher com traços elegantes e um cabelo invejável. Medusa era uma mulher de corpo lindo e dentes perfeitos, mas o que mais chamava atenção eram seus belos cabelos dourados.

Filha das divindades marinhas Fórcis e Ceto, Medusa respeitava os ensinamentos de Atena, mantendo-se virgem e casta para continuar a exercer o sacerdócio. Entretanto, a sua beleza atraía homens de muitas cidades, os quais iam ao templo não para levar oferendas, mas para observá-la, o que acabava enfurecendo a deusa. Um desses homens era o deus Poseidon, tio de Atena.

Poseidon tinha consciência de que as sacerdotisas de Atena deveriam ser puras, mas isso não o impedia de cortejar a bela Medusa que se esquivava constantemente. Cansado das negativas e dominado pela paixão, o deus dos mares decidiu violar a sacerdotisa dentro do templo e em frente à estátua de Atena que, furiosa, optou por castigar a jovem, afinal, Poseidon estava apenas seguindo sua natureza de homem, e a culpada era aquela que o seduziu com seus encantos.

Pela violação de seu templo, Atena transformou Medusa em um terrível monstro. (MATHEUS, 2015) Seus cabelos viraram serpentes, seu corpo criou escamas e os dentes foram transformados em presas de javali. E o pior: a maldição determinava que todos os que olhassem para ela virariam pedra, o que condenou Medusa a uma terrível solidão.

A verdade é que há mais sobre seu mito. Alguns pontos não tão populares, mas que a transformam em uma das mulheres mais fortes da Mitologia Grega. Pontos que fazem relação com muito do que ainda é ser mulher, mesmo na contemporaneidade. O conto parece muito familiar: uma jovem é obrigada a fazer algo que não quer. Uma autoridade descobre. A vítima é punida, enquanto o outro sai sem consequências.

Na Grécia Antiga, esse mesmo rosto era usado para estampar a porta de abrigos seguros para mulheres, e o símbolo perdurou pela história. Medusa foi o rosto de muitos cartazes das Sufragistas nos anos 1940, quando mulheres pediam por direitos iguais.

O mesmo rosto era o único que diferia no modo de ser representado na arte grega. Enquanto as divindades e belas mortais normalmente eram esculpidas ou pintadas com os olhos e faces virados para baixo ou para o lado, Medusa era a única representada diretamente de frente, como se encarasse e desafiasse qualquer um que ousasse machucar uma mulher.

O rosto de Medusa foi adotado como o símbolo da luta feminista. Isso porque ela foi responsabilizada injustamente pelo ato sexual com Poseidon e tida como impura e monstro. Refletindo assim a sociedade primitiva. Dessa forma, ao usar a Mitologia Grega até hoje em tantos momentos do nosso dia a dia, só faz sentido começar a visualizar Medusa cada vez mais pelo que ela realmente é: um símbolo da força feminina, mas que foi duplamente vitimizada. Primeiro em razão de seu estupro e segundo pela maldição que foi condenada por ser entendida como a culpada pelo ato.

BREVE HISTÓRICO DO CRIME DE ESTUPRO

Vive-se em uma sociedade que clama de maneira diária por um Direito Penal pleno e de maior severidade aos crimes que assolam as pessoas. Pensando nisso, os indivíduos almejam por uma vida com mais segurança garantida pelo Estado.

Crimes bárbaros são cometidos a cada momento, e um dos crimes considerados mais chocantes, com inclusão nos crimes hediondos, é o crime de estupro. Em um breve histórico, é verificado que a origem do termo é proveniente do romano “*stuprum*”, que tem em seu significado desonra, vergonha. De acordo com Prado (2010), era classificado o *stuprum* em *violentum* e *voluntarium*, tendo divisão o último em *proprium*, se tivesse a ocorrência da *deffloratio* do ato sexual e *improprium*, em hipóteses da não ocorrência desse resultado.

Nos tempos antigos, as repressões do crime de estupro tinham realização de diversas maneiras, dependendo da etnia, dos costumes e da origem das povoações. As evoluções, no decorrer dos tempos, do delito de estupro demonstram que uma pesquisa acerca das povoações antigas se faz mister, levando em consideração a possibilidade de avaliação das repulsas aos crimes desse caráter, adentrando em um contexto antropológico. Entretanto, esse não é o intuito e o enfoque deste trabalho.

No país, o crime de estupro, por muito tempo, o sujeito passivo do delito apenas poderia ser do sexo feminino, entretanto, existiram modificações na legislação em relação a isso. Houve períodos em que a mulher tinha apontamentos de maneira direta como causadora do crime, de forma exclusiva, sendo que o que era verificado era se os comportamentos dela eram condizentes com a sociedade onde vivia, onde existiam diferenças perante as mulheres, em que algumas eram honestas, honradas, e outras não, ilustrava assim o Código Penal de 1830 e, como verifica-se, essa ideia perdurou por muito tempo.

De acordo com Mirabete e Fabbrini (2013), esse pensamento é considerado ultrapassado. A dignidade é do indivíduo e como essa é uma atribuição intrínseca da personalidade humana, possui proteção partindo do dispositivo homem e mulher, independente da sua orientação ou comportamento sexual. Com isso, é punido, como exemplo, o delito com prática contra a vítima que acaba exercendo a prostituição ou prática a pederastia ou pedofilia.

Além do mais, é indubitável que houve a ocorrência de um enorme avanço em relação ao direito das mulheres e à maneira de tratar os crimes de estupro, entretanto, a cultura patriarcal presente na cabeça de muitos indivíduos demonstra que essa realidade tem persistência, mesmo que de maneira indireta.

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Na atualidade, a legislação brasileira acabou sofrendo várias alterações com a Lei nº 12.015/2009 em relação aos crimes sexuais, sendo que a redação original relacionada ao Código Penal não condizia mais com a realidade que o país vivia. O crime de estupro tem previsão no artigo 213 do referido diploma:

O constrangimento de alguém partindo de atos violentos e graves ameaças, a ter conjunção carnal ou na prática ou permissão que com ele haja a prática de outro ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1.º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§2º. Se da conduta resulta morte:

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. BRASIL. (1940)

De forma original, a redação do decreto-lei 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 tinha atenção aos denominados “costumes” do tempo, os crimes sexuais eram intitulados como “Dos crimes contra os costumes”, entretanto, atualmente ensejam à dignidade sexual, ou seja, os crimes sexuais afrontam a dignidade sexual da pessoa humana e não mais aos “costumes”.

Agora, não tem consideração mais afrontosa aos chamados “bons costumes”, mas sim à dignidade da pessoa humana com previsão na Constituição de 1988 no art. 1º, inciso III, e em outros tratados internacionais do que o Brasil é parte integrante. É preciso destacar que existiam grandes melhorias na legislação brasileira, na tentativa de adequação a constantes evoluções da sociedade.

O desenvolvimento social acabou tornando a mulher como um ser único que está em pé de igualdade com o homem (pelo menos é o que nos atesta a Constituição da República Federativa do Brasil, com a denominada igualdade formal). O contexto social, à época de criação do Código Penal, retratava uma mulher submissa, vista como ser inferior ao homem.

Na sociedade pós-moderna, a mulher estava submetida ao poder patriarcal e posteriormente ao poder marital. Encontrando-se submergida às vontades masculinas, com sua voz calada e pensamentos suprimidos.

Neste sentido, conforme Scott (1995), o patriarcado é uma forma de organização social onde suas relações são regidas por dois princípios basilares: as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade.

Nesse contexto, Nucci (2013) faz definição do termo costume como hábitos da vida sexual com aprovação moral prática, ou o que realmente vale é a conduta sexual com adaptação às conveniências e disciplinas sociais. O que a lei penal faz proposição a tutelar são os interesses jurídicos relacionados em preservar o mínimo ético que reclamado pelas experiências sociais em volta dos fatos sexuais.

Entretanto, de maneira significativa, e inserindo nova doutrina, essa realidade teve alteração. Nucci (2012) aponta que é preciso fazer o policiamento da dignidade da pessoa humana e jamais dos atos sexuais que os membros da sociedade adotem de forma livre, sem constrangimentos e sem ofensa dos direitos alheios, mesmo que, para diversos, possam ter consideração imorais ou não adequados. Não se tem mais o tempo em que a mulher era idealizada como uma simbologia ambulante de castidade e recato. Atualmente, existem nítidas liberações saudáveis da sexualidade e não seria possível o legislador ficar alheio ao mundo real.

As alterações com ocorrência na legislação relacionas aos crimes sexuais se tornaram de suma importância, sendo que houve uma junção das duas condutas com previsão no texto original do Código Penal, o estupro (com descrição no art. 213) e o atentado violento ao pudor (antes com descrição no art. 214), o que antes era razão de enormes transtornos, já que,

em momento anterior, a prática desses crimes tinha implicação em concurso materialista de infrações, hoje o acusado acaba por responder por uma única conduta de delitos .

Relacionado com o sujeito passivo e ativo do delito, no atual texto do art. 213, é considerado qualquer indivíduo, o que antes apenas poderia ser mulher o sujeito passivo, sendo que era acreditado que a mulher acabaria sofrendo bem mais as consequências do crime do que o homem, entretanto, não era o que vinha tendo ocorrência no contexto jurídico penal. É preciso destacar que os casos em que os homens figuravam no polo passivo das conjunções carnavais impudicas e sem consentimento eram bem menores, na maior parte dos casos, por seu turno, a mulher figurava como vítima.

Relacionado com a resistência da vítima, é preciso destacar o papel dessa em relação às maneiras de resistência, sendo que não consente à mulher (ou ao homem) que se entrega para a exaustão das suas forças, nem a que sucumbe ao medo, o que evita praticar qualquer ato externo de resistência. É importante que não existam adesões da vítima à vontade do agente (JESUS, 2011).

Segundo Greco (2012), para que tenha consideração o dissenso, tem-se de discernir quando a recusa da vítima ao ato de sexualidade importa na manifestação autêntica da sua vontade, de quando, de forma momentânea, é parte integrante do “jogo de sedução”, sendo que, diversas vezes, um “não” deverá ter entendimento como um “sim”.

Assim, a modificação da legislação acabou causando grandes alvoroços na parte doutrinária, entretanto, não é tratado como uma novidade no direito comparado, levando em consideração essa resolução ter sido adotada em vários países como Argentina, Colômbia, Portugal e Venezuela.

VITIMOLOGIA

O conceito da vítima tem dependência do paradigma, do modelo ou da ideologia com adoção, o motivo pelo qual existem diversas definições que, em maior parte, fazem o tratamento da vítima como sujeito passivo de um determinado fato como morte, tortura, guerra ou acidente.

Segundo Kosovski et al. (1990, p. 2):

No campo jurídico, a vítima seria o vencido, o sujeito passivo da infração penal. Em boa técnica: a vítima, nos crimes contra a pessoa; o lesado, nos crimes contra o patrimônio; o ofendido, nos crimes contra a honra e os costumes. (KOSOVSKI, 1990, p. 2).

Com o início das pesquisas relacionadas à vitimologia, os conceitos tornaram-se bastante amplos, de forma que a vítima acaba deixando de ser considerada o elo fraco de um evento, havendo consideração da hipótese de ela ser a peça essencial para ocorrer o fato.

Nesse contexto, Oliveira (1993, p.34) pontua que:

A Vitimologia trata de estudar o comportamento da vítima diante das leis sociais e jurídicas. Busca a análise dos componentes biossociológicos e psicológicos da vítima, a fim de apurar as condições em que apresenta tendência de tornar-se vítima de uma terceira pessoa, o criminoso, bem como de processos decorrentes de atos seus. (OLIVEIRA, 1993)

Mesmo Nucci (2012) conceitua a vítima apenas como um sujeito passivo do crime, teve inteligência de mencionar a grande importância de sua participação no processo do crime, conforme abaixo:

Vítima é o sujeito passivo do crime, ou seja, a pessoa que teve o interesse ou o bem jurídico protegido diretamente violado pela prática da infração penal. Denomina-se, também ofendido. Deve ser ouvido, sempre que possível, durante a instrução, a fim de colaborar com o apurar da verdade real, valendo a oportunidade, inclusive, para indicar provas e mencionar quem presuma ser o autor do delito. (NUCCI, 2012, p. 23).

É fundamental destacar que a vítima concomitantemente pode ser vitimizadora de si, perspectiva essa com adoção por meio dos participantes da Sociedade Brasileira de Vitimologia (SBV), com representação por intermédio de Heitor Piedade Júnior, professor de Direito Penal, Vitimologia e Execução Penal e membro da SBV.

Vitimologia é o estudo da vítima no que se refere à sua personalidade, quer do ponto de vista biológico, psicológico e social, quer o de sua proteção social e jurídica, bem como dos meios de vitimização, sua inter-relação com o vitimizador e aspectos interdisciplinares e comparativos (RIBEIRO, 2001, p. 30).

Nesse contexto, é fundamental a conceituação de vitimologia que, de forma etiológica, com derivação do latim *victima* e da raiz grega *logos*, tem em seu significado o estudo da vítima, perante os vários aspectos, e é requerente de uma grande interdisciplinaridade de métodos, pois é tratado como um estudo multidisciplinar (RIBEIRO, 2001).

É entendido como vítima, o sujeito passivo de um delito, ou seja, o Estado, a sociedade, a família e a pessoa que acabam sofrendo de maneira direta ou indireta as consequências do crime (BITENCOURT, 1971).

Entretanto, diversos estudiosos, como é o caso de Ribeiro (2001), fazem distinção do sujeito passivo e o prejudicado do crime, como é possível citar em um homicídio, onde a vítima é o falecido e os prejudicados são considerados aqueles que são dependentes dele.

Com isso, fica evidente que no estudo da vitimologia há dois pontos fundamentais que são o estudo comportamental da vítima em um contexto em amplitude, realizando análises de sua personalidade, participação na dinâmica e origem do delito, assim como os relacionamentos com o delinquente e a reparação do dano que foi causado pelo crime. Em todo crime existirá a participação de pelo menos uma vítima, seja passiva ou ativa, afetando de forma direta ou indireta.

CULPABILIZAÇÃO DA vítima de ESTUPRO

Segundo Schoellkopf (2012), a culpabilização da vítima é advinda da terminologia Victim Blaming, com criação no ano de 1971 por William Ryan, o qual, de forma inicial, acabou contemplando a pesquisa das minorias étnicas dos EUA passando a atribuir, pela classe média, a culpa aos pobres por sua pobreza. O termo serve também para as vítimas de estupro, passando a levar como justificativa para a ocorrência do crime a conduta das

vítimas, com o intuito único de evitar a aplicabilidade da pena, mantendo-se a recidiva e invisibilidade do crime na sociedade.

Além do mais, Semíramis (2021) pontua que a culpabilização da vítima de estupro pode-se compreender como um fenômeno derivado das relações de gênero em desigualdade incutidas na cultura de estupro, culminando no discurso discriminatório em atribuir responsabilidade pelo crime de estupro à mulher. Consequentemente, é buscado na culpabilização colocar em pauta os cotejos da vítima mulher, para que, em vez de levar em consideração o criminoso como pessoa culpada, seja indagado de forma profunda a vida da vítima, com vistas a excluir sua culpabilidade.

Assim, a culpabilização tem buscas na promoção dos adestramentos da sexualidade feminina, em vertentes discriminatórias da mulher, de maneira a transferir da mulher vítima do crime de estupro a responsabilidade pela violência que foi realizada, acarretando uma real contribuição da vítima para a ocorrência do crime. Para as massas, caso a mulher seja cuidadosa e não se desvie de regras de comportamento social, certamente possuirá menos chances de se tornar vítima de violência sexual. Tem implicação pontuar que, para o senso comum, geralmente as mulheres apenas acabam sendo estupradas caso deem alguma razão, o que normalmente está umbilicalmente ligado à moral sexual (LIMA, 2012).

Nesse contexto, segundo Rost e Vieira (2015), a culpabilização das vítimas de estupro tem seu resumo em estruturas inadequadas, no processo de atribuir a elas a responsabilidade pela prática do crime, bem como visar a manutenção dos papéis de gênero, fazendo as mulheres acatarem essas normativas sociais, permanecendo de forma sexual recatada. A prática de delitos sexuais, notadamente o estupro, relaciona-se à moral da mulher, o que insinua que ela acabou merecendo ser estuprada por possuir comportamentos descuidados, ou que não houve estupro, no imaginário coletivo, uma vez que a vítima não gritou, que não há marcas em seu corpo ou até mesmo que não apresentou resistência.

No direito penal brasileiro, o qual estabelece que “a pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 deste Código; os quais serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes” (BRASIL, 1940).

Mirabete (2013, p. 282) acrescenta que a análise das circunstâncias judiciais reproduz, de um lado, “a biografia moral do condenado” e, de outro, “as particularidades que envolvem o fato criminoso”, devendo o juiz “escolher a modalidade e a quantidade da sanção cabível, segundo o que lhe parecer necessário e suficiente para atender aos fins da pena”. Na verdade, se circunstâncias são dados ou fatos que estão ao redor do crime, servindo para majorar e minorar a reprimenda sem, entretanto, retirar a essência do fato criminoso, significa dizer que o crime subsiste, mesmo sem suas circunstâncias. As circunstâncias judiciais, contidas no *caput* do art. 59 do CP, podem, por si sós, esgotar a dosimetria e somente podem ser valoradas pelo próprio juiz.

Assim, a vítima passou a ser tratada dentro do crime como um sujeito de direitos, uma vez que participa, de alguma forma, do crime. Na atualidade, isso pode ser atribuído ao papel desempenhado pela dogmática do garantismo penal que confere à vítima especial atenção e proteção (NETO, 2010). As vítimas podem ser classificadas da seguinte maneira: *i*) “vítimas completamente inocentes, designadas vítimas ideais;” *ii*) “vítimas menos culpadas do que o delinquente, chamadas de vítimas por ignorância;” *iii*) “vítimas tão culpadas

como o delinquente, chamadas de provocadoras;” *iv*) “vítimas mais culpadas do que o delinquente, chamadas de pseudovítimas;” *v*) “vítimas como únicas culpadas, ou agressoras” (FERREIRA, 2004, p. 99; BITENCOURT, 1978, p. 58-61).

De acordo com a exposição de motivos do CP, a referência ao comportamento da vítima diz respeito ao fato de que, muitas vezes, ele é erigido “em fator criminógeno, por constituir-se em provação ou estímulo à conduta criminosa como, entre outras modalidades, o pouco recato da vítima nos crimes contra os costumes” (BRASIL, 1983). Nessa esteira, o comportamento da vítima pode ser entendido como “a atitude da vítima, que tem o condão de provocar ou facilitar a prática do crime. Cuida-se de circunstância judicial ligada à vitimologia” (MASSON, 2010, p. 313). Decerto, “o elemento de orientação judicial relativo ao comportamento da vítima limita-se às hipóteses de contribuições efetivas (conscientes ou inconscientes) da vítima para a realização do crime, reduzindo ou excluindo o tipo de injusto ou a reprovação do autor”, sendo exemplo de tais atitudes a facilitação, a provocação, a negligência, o estímulo, entre outras (SANTOS, 2008, p. 576). Por isso é fundamental a “análise do comportamento da vítima, que poderá aumentar ou diminuir a reprovabilidade pessoal da conduta típica e ilícita e não se confunde com o consentimento do ofendido” (PRADO, 2010, p. 485).

Como foi possível observar, os agrupamentos sociais, até no meio jurídico, possuem entendimento que não tendo a mulher “a moral” aceita pelo senso comum é possível que ela se torne alvo fácil das práticas reiteradas dos delitos sexuais. Assim, conforme descreve Souza (1998), a mulher vitimada acabaria tendo seu comportamento de acordo com razoáveis padrões de decência. Demonstraria, em circunstâncias, pundonor com suficiência? Teria a conduta amoldada com os padrões da moralidade pública que é esperada da sociedade? Não teria a conduta da vítima, de maneira alguma, ferido o sentimento comum? A vítima teve sua ação segundo os padrões com derivação do que tem entendimento pelos bons costumes? A vítima teve sua ação segundo os princípios da ética? Foi apresentado comportamentos uniformes? Antes do fato, a vítima teve respeito por generalidade dos indivíduos honestos? Por outro lado, a vítima acabou sofrendo violência? A vítima apresentou resistência às ações do agente, ou deles dissentiu de forma comprovada? Se é cotejada a vítima, com as conceituações relacionadas ao pudor, à moral, à honra, dentre outros, partindo dos fatos de que ela teve participação, para que seja aferido o grau, a qualidade e a profundidade dessas participações, no intuito desses indicativos fazer extração da real culpabilidade da pessoa acusada e a maior ou a menor responsabilidade da vítima por deflagrar o evento tido por crime.

Com isso, perante as lógicas da vitimologia, é possível pontuar que, caso as vítimas tivessem adequação com as boas formas e costumes, não seriam “sujeito passivo” dos delitos de estupro, sendo que bastava que ficassem recatadas e os homens dominantes e, conseqüentemente, agressores. É o que é possível entender, de novo, dos discursos de Souza (1998): o que desejam jovens mulheres que acabam vestindo roupas provocantes e participam de clubes noturnos? A sociedade ficou acostumada a visualizar e a encarar essas condutas como normais. Fomos acostumados a visualizar com benevolentes olhos as condutas das filhas, das irmãs e das esposas de maneira que os olhares e vozes de censura ficam dirigidos apenas para os agressores.

Por fim, observados o art. 59 do Código Penal e a conduta da vítima, à primeira vista, parece que esse dispositivo apenas serve para abrandar a sanção penal. Todavia, o CP brasileiro, não considera o comportamento da vítima como atenuante, mas o inclui entre as circunstâncias judiciais. Isso significa que o comportamento do ofendido deve ser apreciado de modo amplo no contexto da censurabilidade da conduta do agente. O comportamento do ofendido está previsto como circunstância judicial, devendo haver uma justa e correta análise do seu teor, sem restringir o seu poder de valoração e não o inverso. Ou seja, o comportamento da vítima nos casos de estupro, não se entende como provocador em razão dos costumes éticos e sociais. Estes comportamentos, ora vítima, devem ser valorados como circunstâncias judiciais a censurabilidade do agente agressor.

É preciso que se entenda e não se confunda o comportamento da vítima, sujeito de direito, como circunstância judicial à valoração do crime frente à censurabilidade da conduta. Do contrário, o mito da Medusa seria suficiente para atenuar a conduta de Poseidon.

Assim, as vítimas desse crime apenas se tornaram alvo de discriminações por não acabarem pactuando com o papel de gênero impostos a elas e, com isso, o delito teve justificativa, sendo que as vítimas do caso não tinham enquadramento mais nos estereótipos predefinidos de vítimas perfeitas, aquela que de forma real possui o direito de não sofrer estupro. O que se propõe esclarecer aqui, segundo Silva (2010) é que, durante anos, nossa sociedade construiu, em torno de si e no senso comum, um estereótipo relacionado ao sexo feminino, primeiro passo para a construção das bases do preconceito e da discriminação. Os estereótipos, os preconceitos e a discriminação contra as mulheres precisam ser analisados, estudados, pensados, repensados, proibidos, vigiados e punidos sob todas as formas, não obstante a diversidade multicultural em que vivemos até mesmo dentro de um mesmo país, e, acima de tudo, deve ser analisado o sentido irracional de se pensar que um ser humano possa ser humilhado e desprezado por razões de identidade de gênero. A esse sentimento de desconsideração e desmerecimento do outro ou da concepção de que esse outro, por algum motivo, possa ser alguém de menor valor e possuir menos direitos que eu chamamos de preconceito.

Relacionado com os estereótipos patriarcais e de discriminação das mulheres, é preciso destacar uma pesquisa com realização em 2014 citada por Osorio e Fontoura (2014), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com denominação de Tolerância Social à Violência contra a Mulher, vislumbrando que as mulheres que fazem a utilização de roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas, resultando em um índice de 26%.

Além do mais, essa pesquisa relacionou à indagação que se as mulheres tivessem conhecimento de um comportamento adequado existiria menos estupros, culminando em concordância de 58% dos envolvidos. Relacionado a esses resultados, muitos fazem defesa de que se vive no país uma cultura do estupro, na qual tal crime é tolerado e, diversas vezes, há incentivos à violência sexual contra as mulheres, com as vítimas culpabilizadas pela ocorrência devido ao ambiente frequentado, às roupas que usavam ou aos comportamentos demonstrados (OSORIO; FONTOURA, 2014).

Nesse contexto, a culpabilização da vítima acaba tendo inserção na cultura de estupro, e o cenário em exposição pela pesquisa citada por Osorio e Fontoura (2014) demonstra um entendimento das pessoas de que as mulheres são, nas mais diversas situações, responsá-

veis ou merecedoras da violência praticada contra elas.

Por outro lado, em concepções dominantes, Lima (2012) afirma que as alegações no crime de estupro, sobre as mulheres contribuírem para a ocorrência, são descabidas e possuem vistas ao controle da sexualidade das mulheres e que não merecem prosperar.

Nesse mesmo contexto, Varella (2014) após a contatação dos dados do 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública alega que a mulher é dona do seu corpo e a única que pode dele dispor. E a culpa nunca é da vítima, independentemente da sua conduta. Esses são pressupostos básicos para que o crime de estupro deixe de ser parte da nossa cultura.

Além do mais, é fundamental compreender o estupro como um ato em oposição à vontade da vítima, independente de situações alheias que rodeiam o crime, sendo este crime qualquer ato ou relação sexual forçada, independentemente do relacionamento do agressor com a vítima, de ser essa última virgem ou não, e o local de ocorrência (OSORIO; FONTOURA, 2014).

Além disso, há de se assegurar os direitos fundamentais, previstos na Constituição como, por exemplo, o direito à liberdade no qual da mesma forma como os homens, as mulheres possuem o direito de ir, vir e permanecer em qualquer lugar, como usar qualquer roupa, em qualquer horário, e em qualquer companhia, e poderá ainda estar sozinha, sem que isso venha a ensejar crimes sexuais.

Cabette (2016) pontua que é imperioso afastar as adesões populacionais quanto a violência e que é possível alcançar o direito das mulheres perante seus corpos, no enfrentamento de forma permanente e ininterrupta qualquer disposição e atitude que possam violar seus direitos. Mesmo que existisse uma alteração radical na legislação penal, a grande luta e o grande desafio seriam transformar as consciências daqueles que operam o Direito, que mesmo na aplicação da lei de forma adequada, ainda acabariam lançando mão dos mecanismos (in)conscientes e (in)diretos no objetivo de desmerecer a vítima, especialmente a mulher.

Em detrimento disso, é entendido que o processo de alteração cultural do estupro e culpabilização não tem assento na aplicabilidade rigorosa da lei, mas sim na alteração moral da sociedade, modificando-se a atual conjuntura machista, sexista e patriarcal tão presente no Brasil, prezando por garantir os princípios da dignidade e da liberdade sexual das mulheres; fazendo a alteração do status de cultura de estupro para cultura do consentimento ou da mutualidade.

VALOR DA PALAVRA DA vítima

O crime de estupro é considerado um crime de difícil comprovação, por ser de forma ocasional cometido em lugares clandestinos e escondidos, sem que haja testemunhas para a comprovação e, por várias vezes, ser feita a “denúncia” depois de um longo tempo, não havendo mais necessidade do exame corporal de delito.

Relacionado a isso, é possível dar como exemplo o caso que teve ocorrência no primeiro semestre de 2016, no qual existiu um estupro coletivo de uma menina de 16 anos no Rio de Janeiro/RJ, causando grande comoção no Brasil e várias manifestações relacionadas ao caso, sendo que os criminosos teriam feito divulgação de um vídeo do crime com a jovem nua, desacordada e sendo tocada. A palavra da vítima nesse caso sofreu bastante

questionamento, devido aos comportamentos externos ao fato e em razão da demora na realização do exame de corpo de delito, não foi possível encontrar evidência de que o crime ocorreu. Isso ainda teve divulgação a partir do site El País, no qual em um trecho é aduzido o afastamento do delegado do caso que teve acusação pela advogada da vítima de ter agido de maneira machista e constrangido a vítima em seus depoimentos.

Com isso, a palavra da vítima, quando for convincente, torna-se um meio eficaz de convencimento do juiz acerca da ocorrência do crime, não existindo necessidade do exame de corpo de delito. Nesse contexto, é possível apresentar o entendimento de alguns tribunais:

TJDF: Tem irrelevância o resultado em negatividade relaciona ao laudo de exame de corpo de delito. A materialidade do crime de atentado violento ao pudor prescinde da realização do exame de corpo de delito, devido ao fato que, nem, todavia, deixa vestígios detectáveis, pois, a palavra da vítima, corroborada por prova testemunhal idônea, possui relevante valor probante, autorizando a condenação quando em sintonia com outros elementos de provas (Ap. 200003.1.011076-7, 1.^a T., rel. Mario Machado, 19.07.2006, v.u.).

TJSP: O Tribunal de Justiça já decidiu ser inadmissível a afirmação que o delito com definição pelo art. 214 [atual 213] do Código Penal de 1940 possa ter inclusão no elenco daqueles que de forma necessária deixam vestígios (Ap. 477.773-3/2, Mauá, 1.^a C., rel. Mário Devienne Ferraz 21.03.2005, v.u., JUBI 108/05) (2013, p. 975).

Doravante, é preciso cautela ao analisar isoladamente a palavra da vítima, sendo que é necessária a existência de uma certeza para uma futura condenação. Nesse contexto, Nucci (2013) pontua que há a possibilidade da condenação, mas há de se levar em conta todos os aspectos constituintes da personalidade do ofendido, seus hábitos, seu relacionamento anterior com o agente, dentre outros fatores. É essencial para que haja condenação que a palavra da vítima seja corroborada com outros elementos de prova.

O juiz, ao formar sua convicção e para evitar qualquer tipo de injustiça, acaba submetendo a vítima a uma avaliação, não apenas do fato, mas da sua vida pregressa, seu histórico, se há ou não passagens por clínicas psiquiátricas, questões que possam trazer confiabilidade à palavra da vítima. Assim, caberá ao magistrado a decisão do grau de autenticidade com presença nas palavras da vítima e do réu. Ademais, o estupro é considerado o único crime do qual a vítima precisa provar que não é culpada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar, no que tange aos crimes de estupro, existe um julgamento prévio da sociedade e operadores do Direito à vítima ao contestarem a palavra dela, levando em consideração o comportamento da mulher no meio social. Tal pré-julgamento não deve prosperar, sendo que o comportamento da vítima precisa ter verificação dentro do contexto criminal.

Há uma falta de amparo da sociedade, não dando o devido apoio para as vítimas do crime de estupro, o que incentiva, diversas vezes, a não levar a efeito o registro da ocorrência do crime às autoridades competentes. Também, não é possível a aceitação de que em

uma sociedade contemporânea na qual vive-se, as mulheres ainda sejam vistas de maneira misógina e com discriminação.

É preciso que sejam tomadas medidas cabíveis em relação à melhoria na educação das crianças, jovens e adultos, tendo inclusão nos currículos escolares temáticas com relação às diferenças de gêneros, para que não haja desigualdades perante homens e mulheres e, mais ainda, que não existam pré-julgamentos para com as vítimas/mulheres de crimes sexuais como maneira de inferiorizá-las perante os homens.

Com isso, é preciso a averiguação dos casos de estupro com uma especial cautela. Cabem aos julgadores sensibilidade para que seja auferida a verdade real dos fatos, confrontando as versões relatadas, fazendo liames com a materialidade do delito e com os elementos probantes do processo, dando o devido valor à palavra da vítima quando for ensejada confiabilidade.

Por fim, e, no que se refere aos crimes de estupro, há um julgamento por parte da sociedade, operadores do direito e partes envolvidas, contestando a palavra da vítima, julgando comportamentos previstos fora da relação jurídica. Tais fatos não podem se relacionar, haja vista que o comportamento da vítima deve ser verificado dentro do contexto do crime.

Vale salientar que ainda falta muito para que as mulheres sejam vistas de forma igualitária perante os homens e não como o mito da Medusa. Apesar dos avanços no tocante aos direitos das mulheres, a luta ainda continua para que a igualdade entre os gêneros seja uma realidade mundial. Assim, é fundamental destacar o papel da sociedade nos julgamentos dos crimes de estupro e como isso poderá influenciar no julgamento desses crimes. A análise da culpabilização da mulher torna-se de suma importância para que seja chegada a uma verdade real dos fatos e a uma justiça plena e com confiabilidade.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Vítima**. São Paulo: Universitária de Direito, 1978.

_____. **Vítima: vitimologia, a dupla penal delinquente-vítima, participação da vítima no crime, contribuição da jurisprudência brasileira para a nova doutrina**. São Paulo: Universitária de Direito Ltda., 1971.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Exposição de motivos nº 211, de 9 de maio de 1983: **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código penal**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-exposicaodemotivos-148972-pe.html>>. Acesso em: 18 abril 2017.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. Crime de estupro: até quando julgaremos as vítimas. *Conteúdo Jurídico*, v.12. n.3, 2016.

FERREIRA, Gilberto. **Aplicação da pena**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte especial**. v. III – 9. ed. - Niterói, RJ: Impetus, 2012.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal: parte especial**. v. 3 – 20. ed. - São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

KOSOVSKI, E; PIEDADE Jr, H; MAYR, E. **Vitimologia em debate**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

LIMA, Marina Torres Costa. **O estupro enquanto crime de gênero e suas implicações na prática jurídica**. Curso de Direito da UEPB – Campus de Campina Grande. 2012. 34. f. Monografia (Graduação em Direito) -Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

MASSON, Cleber. **Direito penal: parte geral**. São Paulo: Método, 2010.

MATHEUS, Adriana. **Medusa: Esquecida e Amaldiçoada**. Ebook Kindle. Editora: IXTLAN; 1. Ed. 2015.

MIRABETE, F.J.; FABBRINI, R. N. **Manual de Direito Penal**, v. II – 30ª Ed. – São Paulo, SP: Atlas S.A., 2013.

_____. **Manual de direito penal: parte geral**. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NETO, José Donato de Araújo. **Constituição, garantismo integral e processo penal: os 555 direitos fundamentais como legitimadores de uma intervenção penal eficiente**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza - CE, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. – 13. ed. – São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. **Código Penal Comentado**. 11. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. **Vítimas e Criminosos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993.

OSORIO, R. G.; FONTOURA, N. SIPS 2014 - Sistema de Indicadores de Percepção Social – **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971&catid=10&Itemid=9>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. v. 2 – 8. ed. – São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2010.

RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. **Direito Penal e Processual Penal**. Revista Síntese. N. 7. abril/maio. São Paulo: Editora IOB/Síntese, 2001.

ROST, M.; VIEIRA, M. S. **Convenções de Gênero e Violência Sexual: A cultura de estupro no ciberespaço**. Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura, Bahia, v. 13. n. 2. p. 261-276. Mai/Ago, 2015.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 3. ed. Curitiba: Lumen Juris, 2008.

SCHOELLKOPF, Julia Churcill. **Victim-Blaming: A New Term for na Old Trend**. Digital Comons: Lesbian Gay Bisexual Transgender Queer Center, Rhode Island, nº 33, p. 1-14, 2012.

SEMÍRAMIS, Cynthia. **Sobre a cultura do Estupro**. Revista Fórum. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/04/16/cultura-do-estupro/>>. Acesso em: 17 Mar. 2021.

SILVA, Sergio Gomes da. **Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher**. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2010, v. 30, n. 3 [Acessado 3 dezembro 2021], pp. 556-571. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300009>>. Epub 17 Jun 2011. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300009>.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, 20, 71-99. 1995.

SOUZA, José Guilherme de. **Vitimologia e Violência nos Crimes Sexuais: uma abordagem interdisciplinar**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1998.

VARELLA, Mariana Fusco. **A cultura do estupro**. 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/para-as-mulheres/a-cultura-do-estupro>> Acesso em: 17 Mar. 2021.

DADOS DOS AUTOR

FABRICIO DE ALMEIDA

Bacharel em direito pela Universidade Nove de Julho. E-mail: adv.fabricio.jus@gmail.com

ROBERTA FIDALGO

Mestre pela Faculdade Direito da Universidade de Lisboa. E-mail: rofidalgo@hotmail.com

Submetido em: 27-8-2021

Aceito em: 27-10-2021